

Dívida pública ultrapassa R\$ 100 bilhões

Estados e municípios não conseguem sequer pagar despesas correntes, excluídas as dívidas

MÔNICA IZAGUIRRE
e SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA — A dívida pública interna ultrapassou a barreira dos R\$ 100 bilhões em outubro. Pelos dados divulgados ontem pelo Departamento Econômico do Banco Central, o saldo dos débitos públicos em títulos atingiu R\$ 103,21 bilhões, o que mostra a rápida deterioração das contas dos governos, especialmente de Estados e municípios.

A situação das contas estaduais e municipais é mais preocupante. Pelos números de setembro, elas voltaram a entrar no vermelho apenas considerando-se receitas correntes e gastos — sem incluir pagamentos de dívidas. Este déficit chegou a 0,32% do Produto Interno Bruto. Os resultados mostram um retrocesso em relação aos quatro primeiros meses do ano, quando governos estaduais e municipais conseguiram um precário equilíbrio.

O estoque de títulos públicos emitidos pelos Tesouros estaduais e municipais atingiu R\$ 37,072 bilhões no mês passado. Como um todo, o setor público apresentou em setembro um déficit operacional (receitas menos gastos, mais despesas com juros) de 3,4% do PIB. O déficit do governo federal foi de 0,5% do PIB, o de Estados e municípios, 2,2%.

Moeda — A entrada de capital externo, no mês de outubro, provocou crescimento médio de 8,3% na base monetária (volume de dinheiro em circulação mais recursos dos bancos depositados no BC), o maior desde dezembro de 94. Com o aumento, a base saltou de R\$ 15 bilhões, volume médio que vinha

mantendo desde agosto, para R\$ 16,2 bilhões em outubro.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, o impacto gerado pelo setor externo foi de R\$ 3 bilhões e ocorreu porque o BC comprou os dólares que ingressaram no País, sendo obrigado, então, a colocar mais reais em circulação.

Parte dos R\$ 3 bilhões — aproximadamente R\$ 1,5 bilhão — o BC usou no pagamento de compromissos externos. Para reduzir a liquidez da economia provocada pela diferença, o BC colocou um total de R\$ 1,58 bilhão em títulos públicos.

A base de outubro também sofreu impacto da mudança nos fundos de investimentos. Com a extinção dos fundos de renda fixa de curto prazo, houve a liberação de R\$ 2,68 bilhões do depósito compulsório incidente sobre estes ativos. A liberação, no entanto, não provocou um impacto líquido porque parte do dinheiro sacado voltou a ser reinvestido nos novos fundos, os FIF (Fundo de Investimento Financeiro). Sobre as novas aplicações, foi recolhido um total de R\$ 2 bilhões.

Reservas — As reservas internacionais fecharam o mês passado batendo novo recorde. No conceito de caixa, que considera os recursos efetivamente disponíveis, as reservas ficaram em US\$ 48,2 bilhões. Já considerando o conceito de liquidez, que inclui créditos a receber, as reservas chegaram a US\$ 49,6 bilhões.

Entre janeiro e setembro, as reservas acumularam um crescimento de US\$ 10 bilhões. Este aumento só pode ser obtido graças à entrada de investimentos de curto prazo atraídos pela altas taxas de juros. Até setembro, do total de US\$ 23,6 bilhões de ingressos líquidos, US\$ 16,2 bilhões foram de recursos de curto prazo e outros US\$ 1,5 bilhões de portfólio, que é o dinheiro destinado às bolsas de valores.

**BASE
MONETÁRIA
TEM MAIOR
ALTA DO ANO**

